

Natural Right and History

♦Obra de LEO STRAUSS onde se faz um apelo no sentido do regresso ao direito natural e à lei universal do justo e do injusto, um padrão que não serviria apenas para aferir da validade do direito estabelecido, posto, positivo, mas algo de mais global, que também seria mais elevado que o ideal mutável da nossa sociedade, dado que *há no homem qualquer coisa que não está sujeita à sua sociedade e por conseguinte que somos capazes, e portanto obrigados, a procurar um padrão que nos permita julgar o ideal da nossa sociedade ou de qualquer outra.* O padrão deveria ser o conceito socrático de natureza, a coisa na sua inteireza ou perfeição. Um padrão que até se não identificaria com a ideia de ser bom aquilo que é antigo, dado que este tipo de natureza até é sempre mais antigo do que aquilo que foi estabelecido pelos fundadores de uma determinada comunidade, prendendo-se com a própria ordem eterna. Neste sentido, o direito natural seria sempre equivalente à procura do *melhor regime*, contrariando certa tendência da modernidade, de extracção maquiavélica, que considerando a realização desse melhor regime como altamente improvável, tratou de baixar os níveis e de considerar que o melhor regime poderia ser realizado em qualquer parte. Logo, se a *potestas* é aquilo que um homem *tem a permissão de fazer*, já a *potentia* é o que um homem *pode fazer*. Isto é, entre a *potestas* e a *potentia*, passou a existir aquela diferença que vai da *propriedade* (ou *dominium*) à *posse* (ou *possessio*).